



ENTRE CRÔNICAS E CRIANÇAS CHATAS: POR UM PROJETO CULTURAL LATINO EM CLARICE LISPECTOR¹

Joyce Alves²

RESUMO: Compreender a dimensão literário-cultural de uma obra parece ser um grande desafio quando se trata das literaturas latino-americanas. Isso porque a heterogeneidade cultural a partir das diferenças locais oferece também múltiplas perspectivas de análise. Porém, a maior parte dos intelectuais e pesquisadores acadêmicos mantém um único discurso eurocêntrico e hegemônico, priorizando perspectivas canônicas em detrimento das culturas locais e marginais. Assim, busco neste artigo, por meio da análise de algumas crônicas e do perfil biográfico-cultural de Clarice Lispector romper com este paradigma acadêmico que tem comprometido o avanço dos Estudos Culturais e Subalternos na América Latina, especialmente no Brasil. A opção pelas narrativas clariceana se justifica pelo fato de que mesmo nascida na Ucrânia, Clarice declara sua brasilidade em vários escritos e entrevistas, sobretudo nos reflexos identificáveis da cultura local latino-americana em seus textos. Nesta esteira e, tendo como base o pensamento de autores como Hugo Achugar, Walter Mignolo, Stuart Hall e Edgar Nolasco, busco apontar a latinidade de Clarice Lispector por meio dos temas abordados em algumas de suas crônicas. As questões referentes à subalternização do conhecimento e dos saberes conduzem este trabalho a identificar na temática da fome, da miséria, da violência urbana, entre outros, o objeto artístico central das crônicas clariceanas. Nesses temas é possível reconhecer aspectos culturais locais o que indica a real influência do lugar nas produções artísticas e culturais deste espaço bem como os diálogos pelas diferenças que partilham deste mesmo espaço sociocultural.

PALAVRAS-CHAVE: Latinidade; Clarice Lispector; Crônicas.

ABSTRACT: Understanding the literary-cultural dimension of a work seems to be a great challenge when it comes to Latin American literatures. This is because cultural heterogeneity based on local differences also offers multiple perspectives for analysis. However, most academic intellectuals and researchers maintain a single Eurocentric and hegemonic discourse, prioritizing canonical perspectives to the detriment of local and marginal cultures. Thus, I seek in this article, through the analysis of some chronicles and the biographical-cultural profile of Clarice Lispector, to break with this academic paradigm that has compromised the advancement of Cultural and Subaltern Studies in Latin America, especially in Brazil. The choice of Claricean narratives is justified by the fact that even though born in the Ukraine, Clarice declares her Brazilianness in several writings and interviews, especially in the identifiable reflections of local Latin American

culture in her texts. In this vein, and based on the thinking of authors such as Hugo Achugar, Walter Mignolo, Stuart Hall and Edgar Nolasco, I try to point out the latinity of Clarice Lispector through the themes addressed in some of his chronicles. The questions concerning the subalternization of knowledge and knowledge lead this work to identify, among others, the central artistic object of the chronicles of the Claricean chronicles in the themes of hunger, poverty and urban violence. In these themes it is possible to recognize local cultural aspects which indicates the real influence of the place in the artistic and cultural productions of this space as well as the dialogues for the differences that share this same socio-cultural space.

KEYWORDS: Latinity; Clarice Lispector; Chronicles.

INTRODUÇÃO

Recebo de vez em quando carta perguntando-me se sou russa ou brasileira, e me rodeiam de mitos. (...) Cheguei ao Brasil com apenas dois meses de idade. Sou brasileira naturalizada, quando, por uma questão de meses, poderia ser brasileira nata. Fiz da língua portuguesa a minha vida interior, o meu pensamento mais íntimo, usei-a para palavras de amor.

Clarice Lispector³

Na esteira do trecho supracitado – da crônica “Esclarecimentos – explicação de uma vez por todas”, inserida na coletânea *A descoberta do mundo* (1981) –, neste artigo busco apontar a latinidade de Clarice Lispector no sentido de que ela deixa claro sua brasilidade e seu lugar de pertencimento como sendo a América Latina. Apesar de nascida na Europa, a escritora se irritava com os questionamentos referentes à sua nacionalidade, conforme relata Olga Borelli: “Sempre se indignou diante do fato de que havia quem relativizasse sua condição de brasileira. (...) Queria-se brasileira sob todos os aspectos. Sobretudo o literário” (BORELLI, 1981, p. 43). O que suponho aqui é que Clarice, mais do que querer-se brasileira, tinha consciência do lócus cultural no qual estava inserida e ao qual se sentia vinculada.

Nem todo europeu instalou-se na América Latina como colonizador. Muitos encontraram refúgio e esperança por essas terras, como aconteceu com a família de judeus que trazia nos braços Clarice Lispector. Segundo a biógrafa Nádya Gotlib, a família Lispector teria aportado em Maceió em fevereiro de 1921: “Quando deixaram a terra natal, sabiam do que estavam querendo fugir. A Rússia estava sob o impacto da Primeira Grande Guerra, que, entre tantas transformações, levou a Ucrânia, temporariamente, para o subjuço da Alemanha” (GOTLIB, 1995, p. 62). Gotlib

registra ainda que a mãe de Lispector estava grávida e deu à luz (em 12 de dezembro de 1920) em meio à fuga rumo a América. Clarice era a caçula de três meninas e chegou ao Brasil, de fato, recém-nascida. Clarice Lispector falou primeiro a língua portuguesa – *usei-a para palavras de amor* –, sobretudo, o português nordestino.

I. CLARICE LISPECTOR LATINO-AMERICANA: A FORMAÇÃO DE UM INTELLECTUAL DIASPÓRICO

No livro *Esboço para um possível retrato* (1981), Olga Borelli apresenta as últimas anotações de Clarice Lispector onde é possível perceber a preocupação da escritora com relação às questões sociais além da reflexão em torno do papel do intelectual no processo que ela mesma chama de “ação por desnudamento”:

O escritor não é um ser passivo que se limita a recolher dados da realidade, mas deve estar no mundo como presença ativa, em comunicação com o que o cerca. Na atividade de escrever o homem deve exercer a ação por desnudamento, revelar o mundo, o homem aos outros homens. (...) Ele tem ou não a consciência de seu papel de ‘revelador’ das coisas, o meio através do qual elas se manifestam e adquirem significado. (LISPECTOR apud BORELLI, 1981, p. 72).

Nota-se no trecho acima a compreensão de Clarice sobre o fazer literário associado à realidade de forma consciente. Além disso, a escritora defende que o pensamento crítico nasce do incômodo, da percepção do mundo e daquilo que vai mal no lugar da cultura deste intelectual. E, diga-se de passagem, o lugar de Clarice é o Brasil, é a América Latina. Assim, a partir de algumas de suas crônicas, nota-se que Clarice Lispector deixa-se revelar através da *persona* escritural pondo em prática também o seu “papel de revelador das coisas”. Nestas narrativas a escritora traz à tona temas que são subalternizados pelo discurso hegemônico, tais como a fome, a violência urbana, a miséria, e que refletem a realidade nossa de cada dia.

Nessa preocupação em falar sobre o que não se fala, de se importar com o que a grande mídia massificada ignora, nota-se a latinidade de Clarice Lispector. Isso porque naturalmente é de importância do intelectual ou de qualquer sujeito o lugar ao qual ele está vinculado e, sobretudo, os outros sujeitos latinos que ali vivem. Na crônica “Mineirinho”, por exemplo, o narrador inicia o relato da morte de um bandido chamando para si a responsabilidade de tratar sobre o assunto: “É, suponho que é em mim, como um dos representantes de nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facinora” (LISPECTOR, 1999b, p. 123). Ao referir-se a si própria já nas primeiras linhas da crônica como um “representante de nós” Clarice dá indícios

de que há uma consciência ligada àquilo que a incomoda e com o que incomoda a sociedade, levando-a ao dever de manifestar-se.

Entretanto, apesar da íntima ligação entre a literatura de Clarice Lispector e o lócus cultural tomado por ela como sendo dela, há quem dissocie uma coisa da outra e torça o nariz para as pesquisas acadêmicas que a inclua como parte do discurso crítico na América Latina, múltipla e heterogênea. Parece inadmissível que uma escritora como Clarice seja centralizada no papel de intelectual latino-americano que fala/escreve a partir da América Latina – produzindo também um discurso de resistência – pelo simples fato de ser, segundo “o rebanho acadêmico”, conforme as palavras de Achugar⁴, uma escritora canônica, ou por ser a branca europeia naturalizada brasileira. Esse “rótulo” bem como tantos outros foram rejeitados por Clarice, conforme registra Olga Borelli ao lembrar o pudor da escritora com relação à mitificação e à fama.

Além disso, havia um estranhamento por parte de Clarice diante de uma popularidade incômoda: “Se, porém, alguém dizia, pensando lhe agradar, ‘você não precisa mais escrever, você já faz parte da literatura brasileira’, encolerizava-se” (BORELLI, 1981, p. 26). Clarice chegou a afirmar: “Eu não sei me explicar. E também não gosto de ser conhecida”. Parece contraditório, mas na realidade é uma forma de se ver livre para cumprir seu papel de *revelar o homem aos outros homens*.

Do mesmo modo, em crônica de setembro de 1967, intitulada “Amor imorredouro”, a escritora fala sobre a produção de suas crônicas, e que estes textos (que, aliás, ela não os considerava como crônicas) eram apenas uma nova forma para ganhar dinheiro e não para que a chamassem de cronista. Porém, longe de dizer (como muitos o fazem) que Clarice Lispector escrevia apenas pelo dinheiro e que, portanto, estes textos teriam pouco ou nenhum valor literário, digo que o argumento da escritora está vinculado exatamente ao desejo de não querer ser considerada uma profissional. Até porque, ainda em “Amor imorredouro”, Clarice afirma: “E sinto-me um pouco como se estivesse vendendo minha alma”; e, mais adiante ela se dirige ao leitor dizendo: “Vendo, pois, a vocês com o maior prazer uma certa parte de minha alma” (LISPECTOR, 1999a, p. 29).

Igualmente, quando questionavam sua nacionalidade ou a origem literária de suas obras era mais um motivo para Clarice Lispector decepcionar-se com a crítica. “Sempre se indignou” (BORELLI, 1981, p. 43). Deste modo, para compreender todo este debate em torno das origens da escritora, é preciso saber que, após a vinda da família Lispector para o Brasil, eles moraram no nordeste brasileiro, especificamente em Maceió (AL) num primeiro momento, e depois no Recife (PE), onde viveram a miséria dos primeiros anos de migrante. Na biografia escrita pelo historiador Benjamin

Moser, o autor relata a chegada e o percurso da família já no Brasil. Moser destaca a imensa pobreza e a má distribuição de renda nos estados de Alagoas e Pernambuco àquela época (década de 20):

Se a má distribuição das ricas terras ucranianas era o resultado de uma liderança política perversa, os problemas sociais de Alagoas também, com o adicional de uma geografia hostil e uma economia de alcance limitado. Nada disso, para dizer o mínimo, favorecia o desenvolvimento de uma sociedade igualitária. O açúcar requeria enormes investimentos de dinheiro e mão de obra. O Brasil é vasto no papel, mas suas terras férteis, especialmente no Nordeste, exauriram-se rápido com a monocultura que era a regra nos engenhos. (MOSER, 2009, p. 72).

Da mesma forma, Nádia Gotlib revela que, quando adolescente, a escritora viu-se ainda na condição de retirante nordestina na cidade do Rio de Janeiro: “Os imigrantes russos judeus, que vieram de tão longe, agora continuam sua caminhada, na condição de nordestinos que, como milhões de outros, procuram a sorte em cidade grande do sul do país” (GOTLIB, 1995, p. 136). Ora, diante disso, além do árduo percurso da Ucrânia até o Brasil, em Clarice Lispector é possível identificar um sujeito cuja pertença é no mínimo uma incógnita em princípio. No entanto, na medida em que este se edifica social e culturalmente num lugar, então este lugar é o que melhor o representa porque nele também o sujeito pode ser representado.

Assim, segundo Stuart Hall, é preciso pensar no processo de formação deste sujeito que ele chama de diaspórico, e explica as condições que conduzem a esta construção:

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. É impermeável a algo tão “mundano”, secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades (...) podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão. (HALL, 2013, p. 30-31).

De fato, tanto no contexto da Ucrânia quanto no Nordeste brasileiro os fatores socioculturais fizeram com que a família Lispector *sai*se em retirada sempre que forçados a isso. E, diga-se de passagem, a fome e a pobreza acabou sendo o motivo mais persistente. Um ano antes de seu falecimento, Clarice Lispector relatou a Afonso Romano de Sant’Anna que, segunda a irmã mais velha da escritora, eles eram muito pobres e que quase passavam fome: “Havia em Recife, numa praça, um homem que vendia uma laranjada na qual a laranja tinha passado longe. Isso e um

pedaço de pão era o nosso almoço” (LISPECTOR, 2005, p. 138). Por conseguinte, ao falar em “espalhamento” podemos compreender que, de certa forma, Hall nos adverte quanto à possível desconstituição cultural do sujeito diaspórico. Por meio desta desconstituição pelo espalhamento a reconstrução da identidade cultural passa a acontecer a partir do novo espaço, ainda que estranho, e ainda que haja resquícios do que havia antes.

Também Benjamin Moser questiona a respeito do lugar de nascimento, como inicialmente Hall o faz, mas destacando a ausência deste lugar específico em Clarice: “Pode um lugar imprimir seus traços em alguém que o abandonou no início da infância? Aparentemente, não.” (MOSER, 2009, p. 30). Por isso, a este questionamento e à resposta antecipada de Moser, proponho um diálogo com o ponto de vista de Stuart Hall que é categórico ao dizer: “O paradoxo se desfaz quando se entende que a identidade é o lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2013, p. 16). Por isso, mantenho-me firme no discurso de que a identidade cultural de Clarice Lispector é o lugar que ela assume enquanto dela: o Brasil. Logo, é também a partir disso que se pode afirmar e firmar sua latinidade, igualmente perceptível em suas narrativas.

Por fim, Hall fala também sobre uma possível “esperança redentora” que há no sujeito diaspórico em querer retornar ao seu local de nascimento. Apesar de realmente ter havido a necessidade de migração por conta do contexto da guerra civil que acometia a região da Ucrânia no período em que a mãe de Clarice Lispector estava grávida dela, não ocorre na escritora o desejo do retorno. Ela própria afirma isso na crônica intitulada “Falando em viagens”. No referido texto, Clarice lembra uma sequência de viagens ao lado de seu esposo, o então diplomata Maury Gurgel Valente, e fala sobre uma oportunidade que teria tido de ir à Rússia que faz fronteira com a Ucrânia:

Na Polônia eu estava a um passo da Rússia. Foi-me oferecida uma viagem à Rússia, se eu quisesse. Mas não quis. Naquela terra eu literalmente nunca pisei: fui carregada no colo. Mas lembro-me de uma noite, na Polônia, na casa de um dos secretários da Embaixada, em que fui sozinha ao terraço: uma grande floresta negra apontava-me emocionalmente o caminho da Ucrânia. Senti o apelo. A Rússia me tinha também. Mas eu pertencio ao Brasil. (LISPECTOR, 1999a, p. 353).

As palavras de Clarice confirmam o que Olga Borelli relata sobre a escritora *querer-se brasileira*. Entretanto, o discurso da escritora nesta crônica se aproxima de uma das respostas de Stuart Hall dada em entrevista na qual explica a formação do intelectual diaspórico nele próprio. Hall era nascido na Jamaica, mas migrou para a

Inglaterra quando jovem. Lá atuou ao lado de políticos caribenhos expatriados e era apaixonado pela questão colonial. Assim, sobre esses dois territórios ele afirma:

Conheço intimamente os dois lugares, mas não pertencço completamente a nenhum deles. E esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma “chegada” sempre adiada. (HALL, 2013, p. 460).

Comparando ao caso de Clarice Lispector, há uma diferença clara já que a escritora chama para si a pertença brasileira. Porém, nas linhas em que Clarice deixa-se revelar ao dizer que *uma grande floresta negra apontava-me emocionalmente o caminho da Ucrânia. Senti o apelo. A Rússia me tinha também*, nota-se que ao dizer que a Rússia a tinha, mas pertencia-se ao Brasil, é como se um território anulasse o outro. Neste ponto ocorre o que Hall chama de “experiência” diaspórica, em que se está *longe suficiente para sentir a perda, e perto suficiente para entender uma chegada sempre adiada*. Além disso, notam-se indícios de que o intelectual em Clarice Lispector é também diaspórico graças às suas experiências diaspóricas.

A respeito disso, Edgar Nolasco, que tanto é estudioso da obra clariceana quanto da crítica literária latino-americana, também destaca a ideia da *pertença* lócus-cultural em Clarice: “o lugar é sempre o *espaço do vivido* do sujeito, como possibilidade que se entreabre para a narrativa de uma história biográfica, como também um *sistema percebido* do qual o sujeito encontra a sua pertença e se sente em casa” (NOLASCO, 2010, p. 124).

Contudo e por tudo, mesmo que Clarice Lispector hoje esteja “fora da margem” (na perspectiva do cânone) é possível identificar na literatura dela o discurso que reconheça a margem e que represente esta margem, no sentido mimético da expressão. Clarice viveu à margem e foi rejeitada por ser imigrante, conforme Nádya Gotlib ressalta em alguns pontos de seu livro ao falar sobre a solidão de infância da criança judia em território brasileiro. No entanto, ainda que não tivesse vivido nessas condições, as experiências subjetivas também podem e devem ser compartilhadas quando se trata de um lugar de trocas culturais marcadas pela diferença, principalmente quando há no intelectual esta percepção.

Por isso, vale lembrar aqui o seguinte pensamento de Frantz Fanon que, nesse sentido, partilha da mesma ideia: “Acredito sinceramente que uma experiência subjetiva pode ser compartilhada por outra pessoa que não a viva; e não pretendo jamais sair dizendo que o problema do negro é meu problema, só meu, para em seguida dedicar-me a seu estudo” (FANON, 2008, p. 86). Também Deleuze e Guattari (2015) vão apontar que no caso das literaturas consideradas menores há o agravante

do “coeficiente de desterritorialização”, porque por mais que o escritor faça parte do mesmo grupo sociocultural, há diferenças culturais e de linguagem. Mas os autores explicam também que “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 35). Porém, o fato de estar distante da realidade cultural subalterna não afasta o escritor da possibilidade de falar a respeito dela e de fazê-la perceber:

É a literatura que produz uma solidariedade ativa, malgrado o ceticismo; e se o escritor está à margem ou apartado de sua comunidade frágil, essa situação o coloca ainda mais em condição de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade. (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 37).

De fato, ao contrário do que se espera, Clarice Lispector não comprou a briga dos imigrantes judeus no Brasil como causa própria, mas compartilhou experiências de outros sujeitos diaspóricos e subalternos. Sobretudo, a escritora percebeu os problemas dos sujeitos *locais*. Assim, a figura do subalterno surge sob a ótica de quem sente a necessidade de colocar “no centro” as manifestações socioculturais das classes subalternas mesmo que a partir das classes mais elevadas, econômica e culturalmente falando. Porém, é difícil falar em quem está no centro e/ou quem está na margem. As múltiplas perspectivas, ao mesmo tempo em que são determinantes para pensar esta questão, também reforçam que estamos todos no mesmo lugar. A diferença está nas também múltiplas culturas. E não é objetivo meu criar um discurso excludente.

Ocorre que, segundo Walter Mignolo, a América Latina, de um modo geral, foi pensada geopoliticamente falando como uma extensão da Europa, ao que o autor chama de “ocidentalismo” e justifica dizendo que “não pode haver um Oriente, como ‘outro’, sem o Ocidente como ‘o mesmo’”. Por essa mesma razão, as Américas (...) não são diferentes da Europa, mas sua extensão” (MIGNOLO, 2003, p. 82). O que Mignolo quer destacar com isso é o fato de que esta é a visão predominante na perspectiva canônica. Um grupo cultural que seja “extensão” de outro grupo cultural é o mesmo que desenvolver-se na obediência enquanto margem, e aonde os ecos nos chegam distorcidos, porém impiedosos. Por isso, o autor fala de *histórias locais que absorvem projetos globais*. Assim, o referido autor também propõe uma nova dimensão epistemológica, ou seja, “uma epistemologia da, e a partir da, margem do sistema mundial colonial/moderno, ou (...) uma epistemologia da diferença colonial que é paralela à epistemologia do mesmo” (MIGNOLO, 2003, p. 83).

Nesse sentido, também o uruguaio Eduardo Galeano destaca o fato de que

a América Latina continua “existindo para satisfazer necessidades alheias”, continuamos sendo fonte de riquezas para os países que já são ricos: “Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta” (GALEANO, 2016, p. 17). Sob o ímpeto desta certeza, Galeano se refere à América Latina como “a região das veias abertas”, e conclui: “Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beleguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno” (GALEANO, 2016, p. 19). Apesar de o crítico uruguaio frisar a questão da exploração das nossas riquezas naturais, essa ideia cabe perfeitamente às produções acadêmicas voltadas para os estudos literários, especialmente aquelas que buscam preservar os padrões europeus, o que já sinaliza uma tentativa de agradar a um público (explorador) específico: o europeu.

Para pensar a partir de um lugar é preciso levar em consideração a perspectiva do sujeito cultural local, ou seja, o sujeito produtor de arte literária e o modo como este *percebe* o local da cultura onde está inserido. No caso de Clarice Lispector, este fator contribui para a identificação da identidade latina refletida nas crônicas clariceanas. Isso porque, a escritora percebeu que das veias abertas minam vozes que precisam ser ouvidas pelos intelectuais que se reconhecem como tal no local de sua cultura. Clarice contraria o modelo de intelectual à imagem e semelhança do modelo europeu para fazer-se intelectual diaspórico-latina.

2. CLARICE LISPECTOR E AS 120 MILHÕES DE CRIANÇAS CHATAS DA AMÉRICA LATINA

Diante da discussão anteriormente apresentada, faz-se necessário agora pensar a narrativa de Clarice Lispector na e a partir da América Latina. Por conseguinte, vale destacar que Clarice “alimentou-se” de várias culturas, bebeu da fonte de muitas literaturas com as quais teve contato enquanto acompanhava o esposo em sua jornada de diplomata. Mas, onde estaria, entretanto, a latinidade na literatura clariceana? Qual é o *lócus* de enunciação para a literatura brasileira nos textos de Clarice Lispector? Ora, o entre-lugar é o espaço latente onde de fato é possível perceber a literatura local a partir do momento em que aguçamos os nossos ouvidos para percebê-la.

Nesse sentido, o escritor acaba sendo o primeiro “espaço” onde se constrói genuinamente a literatura, lembrando sempre que este, por sua vez, trava um combate com aquilo que estraçalha o caráter multicultural do produto literário: a cultura e massa homogeneizadora. Assim, Silviano Santiago explica que:

Se ele [o escritor] só fala de sua própria experiência de vida, seu texto passa despercebido entre seus contemporâneos. É preciso que aprenda primeiro a falar a língua da metrópole para melhor combatê-la em seguida. Nosso trabalho crítico se definirá antes de tudo pela análise do uso que o escritor fez de um texto ou de uma técnica literária que pertence ao domínio público, do partido que ele tira, e nossa análise se completará pela descrição da técnica que o mesmo escritor cria em seu movimento de agressão contra o modelo original, fazendo ceder as fundações que o propunham como objeto único e de reprodução impossível. (SANTIAGO, 2000, p. 21).

Ora, Santiago traça um método aparentemente bastante eficaz na análise de narrativas tendo como base o fato de que é preciso antes “falar a língua da metrópole” para depois combatê-la. O que se depreende disso é que criar um discurso a partir de experiências pessoais pouco interessa a crítica literária e, o que é pior, pouco tem contribuído para a sociedade de modo geral, segundo tal discurso hegemônico. Não é suficiente. Porém, se antes o espaço do universal, nacional ou institucional, for de fácil acesso para o intelectual, será fácil também, *a posteriori*, incluir o marginal e o local – para lembrar a proposta de Wladimir Krysinski ao apresentar os novos actantes da *Wellliteratur* (Cf. KRYSINSKI, 2005). E as experiências de Clarice Lispector na “metrópole” não são poucas.

Após a produção de seus quatro romances iniciais – *Perto do coração selvagem* (1944), *O lustre* (1946), *A cidade sitiada* (1949) e *A mação no escuro* (1961) – Clarice Lispector caiu nas graças da crítica literária que a comparava com Virgínia Woolf e Katherine Mansfield, enquanto referentes europeus de literatura feminina. Através de uma linguagem muito lapidada, Clarice destaca com riqueza de detalhes as angústias interiores de suas personagens, o que de fato caracteriza suas primeiras narrativas por meio do chamado fluxo de consciência e pelo monólogo interior. Essas personagens viviam sob o reflexo da vida pequeno burguesa no Brasil ainda culturalmente moldada pelo colonizador europeu.

Porém, já em finais da década de 50, Clarice Lispector inicia um processo de transformação escritural a partir dos contos publicados no livro *Laços de família* (1960), exatamente na época em que volta ao Rio de Janeiro após o fim do casamento que havia durado também dezesseis anos. Nesse período, era possível identificar em sua literatura a mesma linguagem lapidada, porém o intelectual por trás da narrativa já não prioriza o interior, mas também o ser em relação com o mundo.

Entretanto, falar a língua da metrópole não significa apenas falar aquilo que agrada ao público cuja mente se mantém europeizada. Mas, sobretudo, significa

falar a língua dos ideais da cultura de massa. Afinal de contas, toda narrativa que pretende resistir a qualquer imposição hegemônica tem como objetivo combater o discurso homogeneizador da metrópole, que, por sua vez, se constitui geralmente em detrimento da periferia. Era chegada a hora de combater a metrópole.

Sob a luz deste raciocínio, Hugo Achugar aprofunda a discussão ao defender que da periferia é possível construir uma reflexão pertinente ou excludente e, do mesmo modo, da metrópole pode-se elaborar uma reflexão excludente ou inclusiva: “Olhar de fora serve; olhar de dentro, também. O que não serve é olhar só de fora ou só a partir da região” (ACHUGAR, 2006, p. 93). O que ele quer dizer é que, quem está na periferia, muitas vezes, pode criar um discurso onde o local de sua cultura transforma-se num espaço extraordinariamente centralizado, postulando um pequeno e restrito lugar para este sujeito. Isso gera um discurso excludente, pois se descentraliza da metrópole e concentram-se os olhares numa *pseudo* metrópole, criada, segundo o autor, para o sujeito da periferia:

Os homens ou as mulheres da periferia refletem sempre a partir da periferia, e essa marca de sua enunciação atravessa seu discurso problematizando-o, o que não ocorre com o discurso do intelectual metropolitano, mesmo quando todos estão conectados via Internet. (ACHUGAR, 2006, p. 93).

De fato, o olhar de quem está na metrópole – isto é, do *Outro* – para a periferia pode criar uma realidade simbólica do *outro*, que está na periferia. E se o *Outro* não conhece a realidade do *outro*, o resultado pode ser falso, mentiroso, ou meramente estratégico, conforme explica Achugar (2006, p. 93): “A visão do metropolitano globalizador pode levar (...), a postular o *outro*, ou a realidade simbólica do *outro* como um fenômeno digno de um zoológico, ou como um dado necessário a suas estratégias políticas locais”.

Por isso, no caso especial do Brasil, enquanto retalho da América Latina, se deve reconhecer tanto o caráter metropolitano quanto o periférico do país. É preciso lembrar que a maioria de nós, antes de estarmos na academia, esteve antes na periferia. Do mesmo modo, Clarice Lispector foi a criança pobre fugida da Guerra Civil na Europa, em seguida foi a nordestina inserida no contexto do Rio de Janeiro onde também passou por dificuldades. Porém, alcançou a metrópole, primeiro como universitária do curso de Direito, depois como esposa de diplomata. Depois, bem depois, tornou-se a escritora amplamente conhecida em território nacional e internacional.

As produções literárias de Clarice Lispector no início da carreira pouco retratam a vida miserável após a fuga da família Lispector, tampouco a vida no Recife,

salvo alguns resquícios no seu primogênito *Perto do coração selvagem*. Primeiro a língua da metrópole. Por conseguinte, (re)inserida no contexto europeu como esposa de diplomata, veio o divórcio e, na retomada da vida no Rio de Janeiro, a escritora dá início então a uma produção “combatente”. As narrativas clariceanas retornam com ela à periferia, cujo ápice se encontra na novela *A hora da estrela* (1977).

Assim, de acordo com Edgar Nolasco:

Clarice Lispector, com sua última produção, mais precisamente com o livro *A hora da estrela*, vira do avesso seu projeto anterior tradicional e moderno, por excelência, voltando-se contra qualquer visada de binarismo hegemônico centrada na lógica do sistema dominante imperante. (...) Podemos dizer que em *A hora da estrela* a autora assinala o problema social dicotômico entre elite/subalterno, subalternidade e hegemonia, propondo uma discussão crítica da sociedade e da cultura brasileira como um todo, ao invés de tentar transcender, ou escamotear, tal problema. (NOLASCO, 2010, p. 57-58).

O mais interessante é notar que ao criar uma literatura que conhece o nacional, o institucional e o universal, mas que contempla o local e o marginal, Clarice Lispector apresenta um retrato da diferença sociocultural do país, principalmente nas produções do final da década de 60 e década de 70, o que abrange as crônicas. Deste modo, entram em cena as nossas pesquisas acadêmicas com a missão de ler a nação nas produções artístico-culturais e saber reconhecer esta nação nas literaturas todas, independente dos “rótulos” impostos pela academia. Também, conforme propõe Nolasco, deve-se “saber ouvir” e identificar o que vem do centro e o que vem da periferia, a fim de que possamos compreender as diferenças sem separar o que serve e o que não serve. São diferenças passíveis de trocas culturais.

No entanto, Hugo Achugar, já nas primeiras páginas de seu *Planetas sem boca*, relata as próprias dificuldades em ser um letrado no Uruguai. Os “rótulos” nem sempre acompanham as embalagens. O que quero dizer é que, como se trata de atribuição de valores, na medida em que se desloca o intelectual, este corre o risco de ser medido sob a perspectiva de padrões eurocêntricos ou sob a influência do pensamento colonizado. No caso de Achugar, a impressão que há é de que a angústia maior está no fazer-se ouvir do Uruguai pelo restante do continente, conforme ele próprio relata:

Pareceria que tenho que pagar pedágio por ser uruguaio, que devo justificar a extravagância de ser uruguaio. Não é suficiente que eu fale a partir do Uruguai ou argumente ser uruguaio, devo justificar, tenho que pedir desculpas pelo fato de

atrever-me a falar, tenho que pedir desculpas por ser um letrado, tenho que pedir desculpas por não escrever como o faz o rebanho acadêmico. (ACHUGAR, 2006, p. 21-22).

Destaquei este desabafo de Achugar porque se parece muito com a fala de Clarice Lispector em depoimento ao repórter Júlio Lerner, da TV Cultura, no ano de 1977. Quando perguntada sobre qual o “filho predileto” dentre seus escritos, Clarice lembra o conto “O ovo e a galinha” (da coletânea *A legião estrangeira*), mas destaca, sobretudo, a crônica intitulada “Mineirinho”, pertencente ao conjunto de textos que antes compunha uma sessão chamada “Fundo de gaveta” e, posteriormente publicada no livro *Para não esquecer*⁵. O enredo, nas próprias palavras da escritora, relata o assassinato de um bandido que dá nome ao texto e que aterrorizara a cidade do Rio de Janeiro àquela época. Mas Clarice enxerga (ouve) outros aspectos na figura de Mineirinho: *era devoto de São Jorge e tinha uma namorada*.

A angústia da escritora ao falar sobre os treze tiros que baniram Mineirinho do mundo chama a atenção de Júlio Lerner, haja vista que junto à angústia surge uma abrupta revolta por parte da escritora. O repórter então pergunta: “Em que medida o trabalho de Clarice Lispector, no caso específico de Mineirinho, pode alterar a ordem das coisas?” A escritora, de modo um tanto conformado e triste, responde: “Não altera em nada. Não altera em nada. Eu escrevo sem a esperança que o que eu escrevo altere qualquer coisa. Não altera em nada.” (GOTLIB, 1995, p. 453-460). Clarice Lispector, já no último ano de sua vida, percebe que qualquer tentativa de trazer o *outro* para o lugar do *Outro* acaba sendo frustrada pela indiferença da sociedade entorpecida pelo discurso excludente – é um incômodo para a metrópole.

Mas é interessante o andamento desta conversa com Clarice, pois, mais adiante, eis que surge a pergunta: “No seu entender, qual é o papel do escritor brasileiro, hoje em dia?” Sem delongas, Lispector responde: “De falar o menos possível.”⁶ Apesar de nunca ter-se calado, é como se aqui a escritora afirmasse: “tenho que pedir desculpas por não escrever como o faz o rebanho acadêmico”, como disse Achugar. Denunciar o que vai mal no mundo incomoda. Contudo e por tudo, Clarice Lispector reivindica o balbucio, o “direito ao grito”, como está num dos títulos de *A hora da estrela*. E, apesar de entender que seu papel é o de “falar o menos possível”, Clarice fala, grita, para confirmar que “o balbucio é nosso orgulho, nosso capital cultural, nosso discurso raro, nosso discurso *queer*” (ACHUGAR, 2006, p. 14).

Deste modo, o papel da academia aqui se reforça também como de cidadão latino-americano: saber ouvir e então sermos capazes de ler a nação. Contudo, é

preciso considerar também o papel do intelectual que permite, ou melhor, que facilite este processo de escuta. A opção pela crônica, por exemplo, não é por acaso. A crônica é o gênero da denúncia por excelência e seu valor literário se dá na medida em que esta é muito mais que uma seção do jornal ou da revista, conforme defende Davi Arrigucci Jr.:

À primeira vista (...) ela [a crônica] parece destinada à pura contingência, mas acaba travando com esta um arriscado duelo, de que, às vezes, por mérito literário intrínseco, sai vitoriosa. Não raro ela adquire assim, entre nós, a espessura de texto literário, tornando-se, pela elaboração da linguagem, pela complexidade interna, pela penetração psicológica e social, pela força poética ou pelo humor, **uma forma de conhecimento de meandros sutis de nossa realidade e de nossa história.** (ARRIGUCCI Jr., 1987, p. 53 – grifos meus.).

Na esteira das palavras destacadas acima, de fato a crônica nos faz conhecer os “meandros sutis” daquilo que é nosso indo muito além do mero exercício de recolher dados da realidade. Clarice Lispector tem consciência disso e vai além ao afirmar que o papel do escritor é, mais do que nos fazer conhecer, revelar a nossa realidade para que então possamos nos reconhecer como parte dela e não como um expectador: “E, ao fazê-lo, o escritor deve mobilizá-los a um questionamento ou possível resposta” (LISPECTOR apud BORELLI, 1981, p. 73).

Porém, pensando no público restrito, limitado, que lê o jornal, acredito que este mesmo público não é o mais interessado em resolver problemas sociais tais como a fome, a violência urbana, a questão do índio no Brasil, a representação das empregadas domésticas, dos pobres, etc. Digo isso porque nas crônicas de Clarice Lispector noto a atitude irônica de, ao saber que o público leitor do *Jornal do Brasil* é variado, mas predominantemente composto pela minoria letrada e economicamente organizada do país, ela trata exatamente destes temas que elenquei. Repito, chegou a hora de combater a metrópole.

As personagens das crônicas clariceanas são, em sua maioria, sujeitos que estão à margem da sociedade. Deste modo, pode-se notar ainda a proximidade de Clarice com esta realidade mediante a escolha em suas abordagens temáticas e por meio de sua experiência pessoal enquanto nordestina pobre inserida no contexto da metrópole. Isso reforça a afirmação de Jorge de Sá de que, na crônica, não se cria, mas recria-se a realidade a partir de um contato direto com ela:

O artista que deseje cumprir sua função primordial de antena do seu povo, captando tudo aquilo que nós outros não estamos aparelhados para depreender, terá que explorar as potencialidades da língua, buscando uma construção frasal que provoque

significações várias (mas não gratuitas ou ocasionais), descortinando para o público uma paisagem até então obscurecida ou ignorada por completo. (SÁ, 1987, p. 10).

E para ser essa “antena” do povo vejo que ao escritor, na transposição do “registro do circunstancial” para a literatura, ou seja, para o ficcional, é crucial essa proximidade com a realidade, e mais: é necessário que haja uma preocupação interessada em interferir no que se está denunciando. No processo de reorganização da realidade torna-se possível notar a intenção do intelectual nas entrelinhas da narrativa.

Izidoro Blikstein em *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade* (1995) esclarece ainda que, no processo de captura do referente, este por sua vez, é produto da dimensão perceptivo-cognitiva e isso rompe com “clichês metodológicos”⁷ de uma linguística cartesiana. Isto é, perceber a realidade não consiste apenas em fazer um recorte dela, mas em fabricá-la. E, de acordo com Blikstein (1995, p. 50-1), “a nossa percepção não é ‘ingênuo’ ou ‘pura’ mas está condicionada a um sistema de crenças e estratégias perceptuais”. E isso se faz notar nas crônicas de Clarice Lispector enquanto intelectual que percebe a realidade. O sentimento de revolta, por exemplo, é uma constante em boa parte das crônicas clariceanas porque a percepção de realidade da escritora está pautada naquilo que a revolta.

É o que ocorre na crônica “As crianças chatas”, publicada em 1967 no *Jornal do Brasil*. Nesta crônica, nota-se que o intelectual por trás da narrativa fabrica uma realidade a partir de sua percepção de mundo e, a esta percepção soma-se a forma com que Clarice aborda a temática da fome e da miséria, fazendo com que o leitor “enxergue” esta realidade fabricada no texto.

Não posso. Não posso pensar na cena que visualizei e que é real. O filho está de noite com dor de fome e diz para a mãe: estou com fome, mamãe. Ela responde com doçura: dorme. Ele diz: mas estou com fome. Ela insiste: durma. Ele insiste. Ela grita com dor: durma, seu chato! Os dois ficam em silêncio no escuro, imóveis. Será que ele está dormindo? – pensa ela toda acordada. E ele está amedrontado demais para se queixar. Na noite negra os dois estão despertos. Até que, de dor e cansaço, ambos cochilam, no ninho da resignação. E eu não aguento a resignação. **Ah, como devo com fome e prazer a revolta.** (LISPECTOR, 1999a, p. 23 – grifos meus.).

A crônica, supracitada na íntegra, não apresenta muitos detalhes sobre as personagens nem sobre o espaço ou tempo desta narrativa, porém todos nós quando a lemos somos capazes de identificar esses aspectos e quase nomeamos os sujeitos envolvidos. Isso porque o que se narra é facilmente testemunhado em muitas cidades brasileiras. Porém, passamos despercebidos por essas realidades porque já nos

acostumamos com elas. Mas Clarice Lispector, já àquela época, viu e ouviu o balbúcio das margens, pois, na medida em que a personagem “grita com dor” é o intelectual quem a ouve sem resignar-se. O “ninho da resignação” faz com que imaginemos a condição humana comparada à do pássaro que não se resigna perante a fome e parte em busca do alimento para seu filhote. Mas, no ninho da resignação não há revolta. O narrador sacia a sua fome mais íntima nas linhas destacadas na crônica.

Para ir além nesta análise, Eduardo Galeano destaca que, na década de 60 (exatamente o período no qual a crônica foi publicada), 120 milhões de crianças morriam de doença ou de fome na América Latina por estarem em situação de miséria. São 120 milhões de crianças chatas. “Em fins de 1970, entre os 280 milhões de latino-americanos há 50 milhões de desempregados ou subempregados e cerca de 100 milhões de analfabetos”, acrescenta Galeano (2016, p. 20). São exatamente estes os sujeitos protagonistas das crônicas de Clarice Lispector deste período.

Deste modo, segundo Olga Borelli, a questão social sempre angustiou a escritora que, quando criança, viveu a miséria no nordeste do Brasil:

A verdade (...) é que tudo o que se refere à questão social sempre esteve presente em sua vida. Ela jamais conseguiu apagar da memória a imagem da miséria nordestina, ou melhor, a pobreza do Recife, principalmente a que até hoje se concentra nos mocambos dos mangues recifenses. Ela própria dizia que os problemas da justiça social despertavam nela um sentimento tão básico, tão essencial que não conseguia escrever sobre eles. Era algo óbvio. Não havia o que dizer. Bastava fazer... (BORELLI, 1981, p. 53).

Talvez esse sentimento óbvio ou essencial possa ser nomeado como a revolta de quem não se resigna. E, se não faz, almeja que algo seja feito. O lugar da literatura brasileira é a América Latina, pois partilha das mesmas experiências coloniais e encontra-se em constante movimento de trocas culturais com os demais países do continente.

Nesse sentido, os estudos de literatura comparada podem tranquilamente trafegar pelas linhas nada tênues das produções latino-americanas. Pode-se ler Lispector em Galeano, ou Galeano em Lispector. E, de acordo com Tania Franco Carvalhal, o estudo comparado já há muito deixou de desenvolver apenas paralelismos binários, passando a comparar (teorias, inclusive) com o propósito de interpretar questões gerais da sociedade já que as obras literárias são manifestações concretas disso: “Daí a necessidade de articular a investigação comparativista com o social, o político, o cultural, em suma, com a História num sentido abrangente” (CARVALHAL, 2010, p. 86). O reconhecimento por parte da academia em favor das diferenças culturais contribui para o desenvolvimento dos estudos comparados de literatura latino-

americana. O primeiro passo, no caso de Clarice Lispector, é reconhecer sua literatura como uma produção de pertença latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo o que se disse até aqui, proponho a reflexão dos colegas pesquisadores e demais acadêmicos no que se referem às imposições pela perspectiva canônica claramente constituída pelo pensamento hegemônico europeu. Conforme a linha de raciocínio de Walter Mignolo (2003), a busca pela descolonização da mente intelectual tende a favorecer e enriquecer as pesquisas acadêmicas especialmente na América Latina.

Uma nova perspectiva que tenha como base este pensamento libertador nos permite afirmar, por exemplo, que é possível identificar a latinidade na literatura de uma escritora não-latina, como é o caso de Clarice Lispector. Nas crônicas clariceanas notam-se a opção por temas que envolvem as querelas brasileiras igualmente vivenciadas pelos demais países latinos conforme as informações oferecidas por Eduardo Galeano.

Por fim, valho-me do pensamento de Antonio Candido em “O direito à literatura”, sobre a função desta arte e seu papel humanizador. Após a leitura de “As crianças chatas”, por exemplo, devemos no mínimo sentir o desconforto provocado por sua pungência – ou, nas palavras de Candido (2011, p. 182), o “afinamento das emoções e a capacidade de penetrar nos problemas da vida”. Tudo isso serve também para nos lembrar de que todo projeto escritural de análise das literaturas todas não podem perder de vista este objetivo, sobretudo nossas pesquisas acadêmicas.

NOTAS

¹ A discussão presente neste artigo é parte de um trabalho maior na forma de Tese de Doutorado, que se encontra em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR. O mesmo foi apresentado no VI Seminário Internacional América Platina ocorrido na cidade de Campo Grande/MS em Novembro de 2016.

² Doutoranda em Letras (Literatura Comparada) pela Universidade Estadual de Londrina – UEL com apoio da CAPES sendo contemplada com Bolsa de Pesquisa. E-mail: profejoycecomparada@gmail.com

³ Cf. LISPECTOR, 1999a, p. 319-320.

⁴ Cf. ACHUGAR, 2016, p. 22.

⁵ Cf. LISPECTOR, 1999b, p. 123-126.

⁶ Cf. GOTLIB, 1995, p. 458.

⁷ Cf. BLIKSTEIN, 1995, p. 45.

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca*: escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ARRIGUCCI Jr., Davi. Fragmentos sobre a crônica: Literatura, exílio e utopia. In: _____. *Enigma e comentário*: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-66; 189-191.
- BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 4 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- BORELLI, Olga. *Clarice Lispector*: esboço para um possível retrato. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CANDIDO, Antonio. *Outros escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.
- CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura comparada*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2010. (Série Princípios).
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka por uma literatura menor*. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- GOTLIB, Nádya Battella. *Clarice*: uma vida que se conta. São Paulo: Ática, 1995.
- HALL, Stuart. *Da diáspora*: Identidades e mediações culturais. Liv Sovik (Org.). Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al.]. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- KRYNSKI, Wladimir. Narrativa de valores: os novos actantes da Weltliteratur. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. ABRALIC, n. 7, 2005, p. 193-205.
- LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Crônicas. Rio de Janeiro: Rocco, 1999a.
- _____. *Para não esquecer*. Crônicas. Rio de Janeiro: Rocco, 1999b.
- _____. *Outros escritos*. Teresa Montero e Lícia Manzo (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MOSER, Benjamin. *Clarice*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- NOLASCO, Edgar Cézár. *Babel local*: lugares das miúdas culturas. Campo Grande: Life Editora, 2010.
- SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos: Ensaio sobre dependência cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 09-26.